



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR**

Portaria nº 182 /PGJM, de 30 de outubro de 2020.

Cria o Núcleo de Assessoramento Técnico (NAT) no âmbito do Ministério Público Militar e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 124, incisos XX e XXII, da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** a necessidade de minimizar a carência de efetivo na atuação finalística do Ministério Público Militar também quanto aos conhecimentos técnicos e científicos especializados;

**CONSIDERANDO** que cabe ao Procurador-Geral de Justiça Militar decidir questões relativas à administração geral e praticar atos de ofício que visem à garantia da continuidade dos serviços institucionais, de forma eficiente e ininterrupta, inclusive com adoção de medidas que visem à celeridade e à racionalização das atividades do Ministério Público Militar;

**CONSIDERANDO** o princípio constitucional da razoável duração dos processos (art. 5º, LXXVIII, da CRFB), do qual deflui a necessidade de impulsionar e regularizar a tramitação de processos judiciais e extrajudiciais que demandem assessoramento técnico em áreas do conhecimento a respeito das quais o *Parquet* Castrense já conta com servidores que nelas atuam em sua atividade-meio;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir assessoramento técnico à Procuradoria-Geral de Justiça Militar e às Procuradorias de Justiça Militar, com priorização da atividade-fim;

**CONSIDERANDO** a disponibilidade de sistemas processuais eletrônicos que viabilizam o assessoramento técnico remoto aos membros de todas as unidades do MPM;

**CONSIDERANDO** o disposto nas Portarias PGR/MPU nº 84, de 30 de agosto de 2017, e nº 83, de 16 de setembro de 2019, acerca das atribuições comuns dos cargos de Analista do MPU e Técnico do MPU, e das atribuições básicas das Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União (MPU), respectivamente, a amparar a presente solução;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica criado o Núcleo de Assessoramento Técnico (NAT), órgão de apoio às unidades do Ministério Público Militar com o escopo de prestar assessoramento à atividade finalística, quando demandados conhecimentos técnicos e científicos especializados nas áreas de engenharia, saúde, tecnologia da informação, contabilidade e gestão pública.

§ 1º O NAT será coordenado pelo Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça Militar e será composto pelo Diretor-Geral da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, pelo Diretor de Orçamento e Finanças, pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação, pelo Diretor de Atenção à Saúde e pelo Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica.

§ 2º O Coordenador do NAT representará o PGJM junto às Procuradorias de Justiça Militar e realizará o controle das atividades de assessoramento técnico realizadas pelo Núcleo.

**Art. 2º** O pedido de assessoramento técnico em investigação ou processo será encaminhado pelo membro do MPM ao Coordenador do NAT, que consultará o integrante do Núcleo responsável pela área de

conhecimento respectiva quanto à viabilidade de atendimento.

§ 1º Sendo viável o atendimento, o integrante do NAT indicará o servidor responsável e o Coordenador do Núcleo providenciará a designação respectiva, por prazo a ser fixado de acordo com as circunstâncias do caso, prorrogável por igual período, por uma vez, a pedido do membro do MPM e após manifestação do integrante do Núcleo responsável pela indicação.

§ 2º O processamento do pedido será concluído em até cinco dias da sua apresentação ao Coordenador do NAT.

**Art. 3º** O assessoramento técnico dar-se-á, preferencialmente, de forma remota, por meio da liberação de acesso aos autos no MPVirtual e no sistema e-Proc, ou por meio do fornecimento das peças pertinentes pelos membros do MPM demandantes aos servidores designados, cabendo ao Departamento de Documentação Jurídica as eventuais providências pertinentes.

**Art. 4º** Aos servidores designados para o assessoramento técnico caberá a análise de elementos de informação e de provas para a sugestão de quesitação, de diligências e de outras providências ao membro responsável pelo caso, além da produção de relatórios e outras peças para subsidiar as manifestações do Ministério Público Militar, zelando pela manutenção do sigilo das informações que lhes forem confiadas.

**Parágrafo único.** O material que vier a ser produzido pelo servidor responsável pelo assessoramento técnico será encaminhado preferencialmente por meio eletrônico ao membro demandante, servindo tão somente de auxílio para a manifestação do membro do MPM ou de subsídio para a elaboração da peça respectiva.

**Art. 5º** Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça Militar, o qual poderá expedir atos complementares para o fiel cumprimento desta Portaria.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, Procurador-Geral de Justiça Militar**, em 05/11/2020, às 19:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0786969** e o código CRC **686D5565**.